

**A SALA DE AULAS: UM ESPAÇO PARA O EXERCÍCIO DA CIDADANIA E DEMOCRACIA
NO CONTEXTO ANGOLANO**

**THE CLASSROOM: A SPACE FOR THE EXERCISE OF CITIZENSHIP AND DEMOCRACY
IN THE ANGOLAN CONTEXT**

**EL AULA: UN ESPACIO PARA EL EJERCICIO DE LA CIUDADANÍA Y LA DEMOCRACIA
EN EL CONTEXTO ANGOLANO**

**LA SALLE DE CLASSE : UN ESPACE POUR L'EXERCICE DE LA CITOYENNETÉ ET DE
LA DÉMOCRATIE DANS LE CONTEXTE ANGOLAIS**

FRANCISCO LUÍS MATEUS

<https://orcid.org/0009-0007-7151-3419>

Licenciado. Instituto Superior de Ciências da Educação de Luanda - ISCED-Luanda. Angola

franciscanomateus@gmail.com

PEDRO CHIANGALALA KAVELA

<https://orcid.or/0000-0003-0056-0019>

Mestre. Escola Superior Pedagógica do Cuanza Norte. Angola

pedrochiangalalacavela@yahoo.com

DATA DA RECEPÇÃO: 2024 | DATA DA ACEITAÇÃO: 2024

RESUMO

O estudo objectivou-se em demonstrar a sala de aulas como um espaço para o exercício da cidadania e democracia no contexto angolano. O estudo é de carácter qualitativo-descritivo, uma vez que procurou-se descrever os aspectos relacionados com a convivência pedagógica na sala de aulas. Realizou-se um estudo bibliográfico com abordagens teóricas que tratam de forma significativa e compreensiva sobre a significação da sala de aulas como espaço propício para construção e reconstrução de uma sociedade democrática. Outrossim, fez-se uma análise documental da Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino de Angola e do relatório, “Reimaginar nossos futuros juntos, um novo contrato social da educação” (2022) e observou-se aulas em turmas da 5ª e 6ª classes. A pesquisa baseou-se fundamentalmente nos estudos de Paulo Freire (1967,1996), José Libâneo (1984, 2006), Edgar Morin (2003), Celso Antunes (2013), Regis de Moraes (2020), Cazalma (2014) e o Professor Moma Tchipesse (2022). Fruto da observação de aulas, da análise e síntese dos escritos dos autores e dos documentos

referenciados, o estudo demonstra-nos que as políticas educativas angolanas através dos professores, podem ressignificar os conceitos de escola, professor, alunos e sala de aulas para que a escola seja o ponto de partida no exercício da cidadania e democracia em Angola.

Palavras-chave: cidadania activa; democracia; sala de aulas.

ABSTRACT

The study aimed to demonstrate the classroom as a space for the exercise of citizenship and democracy in the Angolan context. The study is of a qualitative-descriptive nature, since it sought to describe the aspects related to pedagogical coexistence in the classroom. A bibliographic study was carried out with theoretical approaches that deal in a meaningful and comprehensive way with the significance of the classroom as a space conducive to the construction and reconstruction of a democratic society. Furthermore, a documentary analysis of the Basic Law of the Education and Teaching System of Angola and the report, “Reimagining our futures together, a new social contract for education” (2022) was carried out and classes in 5th and 6th grade classes were observed. The research was fundamentally based on the studies of Paulo Freire (1967, 1996), José Libâneo (1984, 2006), Edgar Morin (2003), Celso Antunes (2013), Regis de Moraes (2020), Cazalma (2014) and Professor Moma Tchipesse (2022). As a result of classroom observation, analysis and synthesis of the authors' writings and referenced documents, the study shows us that Angolan educational policies, through teachers, can resignify the concepts of school, teacher, students and classroom so that the school can be the starting point in the exercise of citizenship and democracy in Angola.

Keywords: active citizenship; democracy; classroom.

RESUMEN

El estudio tuvo como objetivo demostrar el aula como espacio para el ejercicio de la ciudadanía y la democracia en el contexto angolano. El estudio es de carácter cualitativo-descriptivo, pues buscó describir aspectos relacionados con la convivencia pedagógica en el aula. Se realizó un estudio bibliográfico con enfoques teóricos que abordan de manera significativa e integral la significación del aula como espacio

propicio para la construcción y reconstrucción de una sociedad democrática. Además, se realizó un análisis documental de la Ley Orgánica del Sistema de Educación y Enseñanza de Angola y del informe “Reimaginando juntos nuestro futuro, un nuevo contrato social para la educación” (2022) y se observaron clases en 5º y 6º grado. La investigación se basó fundamentalmente en los estudios de Paulo Freire (1967, 1996), José Libâneo (1984, 2006), Edgar Morin (2003), Celso Antunes (2013), Regis de Morais (2020), Cazalma (2014) y el Profesora Moma Tchipesse (2022). Como resultado de la observación de clase, el análisis y la síntesis de los escritos de los autores y de los documentos referenciados, el estudio nos muestra que las políticas educativas angoleñas a través de los docentes pueden dar un nuevo significado a los conceptos de escuela, maestro, estudiantes y aula para que la Escuela sea el punto de partida en el ejercicio de la ciudadanía y la democracia en Angola.

Palabras clave: ciudadanía activa; democracia; aula.

RÉSUMÉ

L'étude visait à démontrer la salle de classe comme un espace d'exercice de la citoyenneté et de la démocratie dans le contexte angolais. L'étude est de nature qualitative-descriptive, car elle cherchait à décrire les aspects liés à la coexistence pédagogique en classe. Une étude bibliographique a été réalisée avec des approches théoriques qui traitent de manière significative et globale de l'importance de la salle de classe en tant qu'espace propice à la construction et à la reconstruction d'une société démocratique. En outre, une analyse documentaire a été réalisée sur la Loi fondamentale du système éducatif et pédagogique de l'Angola et sur le rapport « Réimaginer notre avenir ensemble, un nouveau contrat social pour l'éducation » (2022) et des cours ont été observés en 5ème et 6ème classe. La recherche s'appuie fondamentalement sur les études de Paulo Freire (1967, 1996), José Libâneo (1984, 2006), Edgar Morin (2003), Celso Antunes (2013), Regis de Morais (2020), Cazalma (2014) et le Professeur Moma Tchipesse (2022). Grâce à l'observation en classe, à l'analyse et à la synthèse des écrits des auteurs et des documents référencés, l'étude nous montre que les politiques éducatives angolaises à travers les enseignants peuvent donner un nouveau sens aux concepts d'école, d'enseignant, d'élèves et de classe, afin que l'École soit le point de départ dans l'exercice de la citoyenneté et de la démocratie en Angola.

Mots-clés: citoyenneté active; démocratie; salle de classe.

1. INTRODUÇÃO

Desde o surgimento da educação escolar, a sala de aulas é concebida como lugar de aprendizagem, seja ela mecânica ou significativa, assim Morais (2020, p. 41) entende a sala de aulas como “um lugar problemático, por ser ela primordial para a actividade educacional. A sala de aula implica fundamentalmente na relação professor-aluno, relação essa que é totalmente diferente da dos demais no interior da escola”.

Este estudo pretende, demonstrar a sala de aulas como um espaço para o exercício da cidadania e democracia no contexto angolano.

Actualmente, entende-se que a sala de aulas não é um espaço para aprender apenas as vogais, as consoantes, os verbos, os numerais naturais, equações e outras temáticas. Estas temáticas podem se aprendidas fora da sala de aulas, por meio de vídeo-aulas, com explicação do encarregado de educação, colega de escola ou com um amigo. Por isso, Cazalma (2014, p. 127) entende que hoje, por hoje, a educação escolar deve “preocupar-se muito em formar pessoas globalizadas e agentes de mudança. Acabou o tempo em que ler e escrever era tudo”.

Na mesma ordem de ideia, Antunes (2013, p. 64) ressalta que “ensinar a Língua Portuguesa afastando os textos de desafios morais e ensinar Matemática sem se valer de deduções e reflexões que exigem, sem as transpor para vida social é sempre um ensino incompleto”. O professor actual não pode se limitar dos conteúdos conceituais, é preciso e fundamental que tenha em consideração no seu exercício docente, os conteúdos procedimentais, atitudinais e afectivos na sala de aulas. Outrossim, “um professor de Educação Física não se pode confundir com um instrutor de ginástica e, portanto, precisa abordar em suas aulas, temas ligados ao corpo e à saúde, à alimentação e à sexualidade e, dessa maneira, o ensino da moral não pode fugir da realidade da vida” (ibid., 2013, p. 65).

Fruto da nossa experiência profissional, entendemos que a sala de aulas deve (deveria) ser o espaço privilegiado para se exercitar a cidadania activa e a democracia em Angola.

Este artigo traz pistas que auxiliará os professores a compreenderem o seu verdadeiro papel como agente de mudança social, por ser condição “*sine qua non*” que em Angola o professor tome a consciência política do seu exercício docente, tornando assim, os cidadãos mais partícipes na construção de uma Angola mais solidária.

A pesquisa assume uma característica qualitativa-descritiva, porquanto fez-se um estudo bibliográfico e uma análise documental. Por outra, fez-se observação de aulas em turmas da 5ª e 6ª classe. Colheram-se informações na Constituição da República de Angola, na Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino e no Relatório da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). “Reimaginar nossos futuros juntos” para se perceber e reflectir como os professores por meio das aulas podem ajudar os alunos a construir uma consciência de cidadania activa e de espírito democrático.

O artigo está organizado em subtópicos, no primeiro subtópico apresentamos a sala de aulas como um espaço de reencontro de culturas, porquanto, independentemente do local onde nascemos e vivemos, nascemos e vivemos todos no planeta chamado Terra, por esta razão, devemos conceber o planeta Terra como pátria e nação que nos aproxima e nos interconecta. No segundo subtópico, procuramos abordar e reflectir sobre o diálogo permanente na sala de aulas, já no terceiro, descrevemos como as metodologias activas estimulam no exercício da cidadania e democracia, no quarto subtópico, apresentamos o professor como profissional que promove os valores universais a partir da sala de aulas, o quinto subtópico cinge-se nas metodologias científicas utilizadas, já no sexto subtópico é feita uma análise e discussão dos resultados da pesquisa, e por fim, as conclusões, todo professor, independentemente da disciplina que lecciona deve promover os valores universais na sala de aulas.

2.A SALA DE AULAS COMO LUGAR DE REENCONTRO DE CULTURAS

Sabemos que a escola é concebida como um espaço social, micro-sociedade, comunidade. É precisamente na sala de aulas (lugar privilegiado) de encontro e de reencontro de culturas. Assim, no sentido restrito, a sala de aulas passa a ser um espaço para refinar as culturas, aceitar quem sou, aceitar quem é o outro, compreender e aceitar os pontos de vistas do outro, mas de forma crítica. Na visão de Morin (2003, p. 76), é

importante que, desde “a escola primária, dar-se-ia início a um percurso que ligaria a indagação sobre a condição humana à indagação sobre o mundo”.

Freire esclarece de forma nítida o porquê o professor deve tomar uma consciência plena que a sala de aula é um lugar de encontro e reencontro de culturas quando considera o seguinte:

o professor que desrespeita a curiosidade do educando, o seu gosto estético, a sua inquietude, a sua linguagem, mais precisamente, a sua sintaxe e a sua prosódia; o professor que ironiza o aluno, que o minimiza, que manda que “ele se ponha em seu lugar” ao mais tênue sinal de sua rebeldia legítima, tanto quanto o professor que se exime do cumprimento de seu dever de propor limites à liberdade do aluno, que se furta ao dever de ensinar, de estar respeitosamente presente à experiência formadora do educando, transgride os princípios fundamentalmente éticos de nossa existência (Freire, 1996, p. 31).

Na educação escolar, o professor é o principal agente da educação que vai mediar na sala de aula os saberes locais e universais, atendendo as necessidades de cada estudante e as suas aspirações como ser social e cultural.

A característica mais importante da actividade profissional do professor é a mediação entre o aluno e a sociedade, entre as condições de origem do aluno e sua destinação social na sociedade, papel que cumpre, provendo as condições e meios (conhecimentos, métodos, organização de ensino) que assegure o encontro do aluno com as matérias de estudo. Para isso, planeia, desenvolve as suas aulas e avalia o processo de ensino. O sinal mais indicativo da responsabilidade profissional do professor é seu permanente empenho na instrução e educação dos seus alunos, dirigindo o ensino e as actividades de estudo de que estes dominem os conhecimentos básicos e as habilidades e desenvolvem as suas forças, capacidades físicas e intelectuais, tendo em vista equipá-los para enfrentar os desafios da vida prática no trabalho e nas lutas sociais pela democratização da sociedade (Libâneo, 2006, p.47).

Segundo a UNESCO (2022, p. 58), os estudantes “devem aprender como as acções dos outros os afectam e como suas acções afectam os outros e, por esse motivo, as salas de

aulas e as escolas devem colocar os estudantes em contacto com outras pessoas que são diferentes deles”. No entender de Cazalma (2013, p. 142) “os valores como os conhecimentos não são dados, mas sim construídos com os demais, por isso, educar para os valores implica que o professor promova actividades que permitam verbalizar as suas opiniões, atitudes, valores para os ajudar clarificá-los”.

Resta-nos ressaltar que a educação escolar não deve discriminar as culturas e os interesses dos estudantes, mas sim, fomentar, promover e consolidá-las. “O ensino deve se concentrar em desaprender o preconceito e a segregação. A empatia, a capacidade de lidar com e sentir o próximo, é essencial para a construção de pedagogias de solidariedade” (UNESCO, 2022, p. 59).

Para Morin (2003, p. 63), “um cidadão é definido, em uma democracia, por sua solidariedade e responsabilidade em relação a sua pátria. O que supõe nele o enraizamento de sua identidade nacional”. O autor considera que “Solidariedade e responsabilidade não podem advir de exortações piegas nem de discursos cívicos, mas de um profundo sentimento de filiação (*affiliare, de filius*, filho), sentimento matripatriótico que deveria ser cultivado de modo concêntrico sobre o país, o continente, o planeta” (ibid.).

3. SALA DE AULAS: ESPAÇO DE MONOLÓGO OU DIALÓGO?

É muito comum no seio dos professores ouvirmos afirmações como “ agora estamos na Escola Nova”, “o aluno não é tábua rasa”, “o aluno é o centro do processo de ensino-aprendizagem”, “os métodos tradicionais já não servem”, no entanto, o que tem ocorrido na sala de aulas na maioria das vezes é outra realidade. Estas proposições motivaram-nos a intitular o segundo subtópico do nosso estudo como, “a sala de aulas um espaço de monólogo ou diálogo”? Freire (1967, p. 97), entende que “ditamos ideias. Não trocamos ideias. Discursamos aulas. Não debatemos ou discutimos temas. Trabalhamos sobre o educando. Não trabalhamos com ele. Impomos-lhe uma ordem a que ele não adere, mas se acomoda”.

Segundo a UNESCO (2022) em muitos espaços de aprendizagem (sala de aulas) um estudante silencioso e obediente tornou-se sinónimo de concentração e produtividade. Muitas vezes, o ensino de qualidade é comparado a manter a ordem e eliminar barulho. Quando o silêncio é sinónimo de disciplina na sala de aulas e o debate falta de

autoridade do professor e indisciplina na sala de aulas, a sala de aulas traduz-se em quartel militar e lugar de ditadura.

No prisma de Júnior (2011) *apud* Cazalma (2013), o tema central ou propósito principal da educação escolar não é a simples transmissão das normas e padrões de comportamento, mas, acima de tudo, dotar o ser humano de instrumentos necessários para que o mesmo possa realizar um verdadeiro juízo de valor acerca dos elementos que capta do seu convívio social, histórico, cultural, económico e político. Portanto, o diálogo é condição “*sine qua non*”, que haja diálogo entre essas dimensões, que fazem com que a função do professor perpassa de mero transmissor de normas e regras de conduta em sala de aulas.

4. INFLUÊNCIA DAS METODOLOGIAS ACTIVAS NO EXERCÍCIO DA CIDADANIA E DEMOCRACIA

O método de ensino, avaliação, aprendizagem que o professor utiliza em sala de aulas determina e influencia bastante no ser e estar do estudante como futuro pai, mãe, líder, profissional, por isso, o professor deve tomar consciência que se prender nos métodos tradicionais, a sua finalidade enquanto professor é formar homem acrítico, parasita, inimigo da liberdade, em outras palavras, não é à favor da cidadania activa e da democracia.

Partindo do pressuposto que os métodos activos podem ser designados de métodos democratizadores, Libâneo (2006), entende que as metodologias activas possibilitam aos estudantes, domínio de conhecimentos culturais e científicos e a educação escolar socializa o saber sistematizado e desenvolve capacidades cognitivas e operativas para actuação no trabalho e nas lutas sociais pela conquista dos direitos da cidadania. O “ensino é uma tarefa concreta, real, que expressa o compromisso social e político do professor” (Ibid. 2006, p. 38).

Segundo Freire (1996) e a UNESCO (2002), o professor que usa na sua prática educativa métodos democratizadores não pode negar-se o dever de, na sua prática docente, reforçar a capacidade crítica do educando, sua curiosidade, sua insubmissão, pois, o docente como agente de mudança social deve pensar em estratégias pedagógicas e didácticas que permitam a cada estudante fazer parte de uma relação humana saudável com o conhecimento, acessar um mundo com inteligibilidade, criatividade e

sensibilidade, uma vez que não pode haver a reimaginação de currículos e da pedagogia sem a presença de professores.

5. O PROFESSOR COMO PROTAGONISTA PARA O RECONHECIMENTO DOS VALORES UNIVERSAIS EM ANGOLA

Na sala de aulas, precisam ser trabalhados “modelos de interação como a ajuda mútua, o respeito aos outros, os esforços colectivos, a autonomia nas decisões, a riqueza da vida em comum, e ir ampliando progressivamente essa noção (de colectividade) para à escola, a cidade, sociedade toda” (Libâneo, 1984, p. 37). Segundo Breuckmann (2006) *apud* (Camalza, 2013 pp. 142-143), os professores ao estimularem valores como a cooperação, a solidariedade, o respeito, a responsabilidade, a participação e a colectividade devem “propiciar condições para que se desenvolvam nos alunos o espírito crítico, a capacidade de fundamentar as suas escolhas, a capacidade de compreender e superar as suas limitações e possibilidades de acções”.

É fundamental que se valorize o currículo oculto na sala de aulas. Assegurando-nos no pensamento de Freire (1967, p. 95), perceberemos que “nada ou quase nada existe em nossa educação, que desenvolva no nosso estudante o gosto da pesquisa, da constatação, da revisão dos “achados” crítica. Pelo contrário, a sua perigosa superposição à realidade intensifica no nosso estudante a sua consciência ingénuo”. As ideias do autor são muito visíveis em Angola, o que pressupõe que Estado Angolano não está muito preocupado com uma educação íntegra, porque quanto mais crítica for a sociedade angolana, quer queiramos ou não, a democracia será mais concreta e os valores universais serão visíveis na sociedade angolana. Portanto, precisamos de uma educação escolar democrática que promove uma responsabilidade social e política em Angola.

Dada a relevância da promoção dos valores universais na sala de aulas, Antunes (2013, p. 53) informa que a “formação do carácter, a convivência com os valores, a compreensão da solidariedade são bens mais importantes que quaisquer conteúdos conceituais do programa escolar e todas as entidades deveriam unir esforços nessa formação”. Segundo a UNESCO (2022, p. 71), “desenvolver habilidades para analisar as desigualdades e promover a consciência crítica é uma forma de apoiar o engajamento participativo e, nesse sentido, a educação em direitos humanos apoia fortemente a educação para a cidadania”.

No entender de Apple (2006) *apud* Tchipesse (2022, p. 38), “o professor está envolvido num acto político, estando ele ciente ou não disso”. Nesta conformidade, Freire entende que o professor deve ser um autêntico democrático dentro e fora sala de aulas, não se considerar como dono do conhecimento, mas sim, um eterno aprendiz, duvidando sempre das suas certezas.

Por que não discutir com os alunos a realidade concreta a que se deva associar a disciplina cujo conteúdo se ensina, a realidade agressiva onde a violência é a constante e a convivência das pessoas é muito maior com a morte do que com a vida? Por que não estabelecer uma necessária “intimidade” entre os saberes curriculares fundamentais aos alunos e a experiência social que eles têm como indivíduos? Por que não discutir as implicações políticas e ideológicas de um tal descaso dos dominantes pelas áreas pobres da cidade? A ética de classe embutida neste descaso? Porque, dirá um educador reaccionariamente pragmático, a escola não tem nada que ver com isso. A escola não é partido. Ela tem que ensinar os conteúdos, transferi-los aos alunos. Aprendidos, estes operam por si (Freire, 1996, p. 17).

Sabendo que o exercício da docência do professor deve promover os conhecimentos dos valores universais, as falas de Freire (1967, p. 96) consideram que “democracia e a educação democrática se fundam ambas, precisamente, na crença no homem. Na crença em que ele não só pode, mas deve discutir os seus problemas. Os problemas do seu país, do seu continente, do mundo; os problemas do seu trabalho; os problemas da própria democracia”, entre outros.

O professor não deve ser entendido, como diz Tchipesse (2022, p. 78) “um mero instrutor do ensino em sala de aula ou reprodutor do conteúdo plasmado nos currículos oficiais. Mas, ao contrário, ele precisa de reflectir sobre os princípios políticos e epistemológico que norteiam a sua prática pedagógica”. Na visão da UNESCO (2022, p. 41) entende que é um “equivoco concentrar o foco apenas na educação para o emprego ou na educação para desenvolver habilidades empreendedoras. A educação deve ser orientada para permitir que as pessoas criem bem-estar social e económico de longo prazo para si mesmas, para suas famílias e para suas comunidades”.

Vale ressaltar que o professor não pode desunir o ensino dos conteúdos da formação ética dos estudantes, separar prática da teoria, autoridade da liberdade, o ensino da aprendizagem, pois, segundo Freire (1967), nenhum destes termos podem ser separados, uma vez que tanto o professor, assim como os estudantes devem ter liberdade dentro e fora da sala de aulas, dado que a liberdade é um dos valores universais que deve ser muito executado nas salas de aulas para se ter cidadãos activos e uma sociedade democrática. Em todo caso, a “liberdade amadurece no confronto com outras liberdades, na defesa de seus direitos em face da autoridade dos pais, do professor e do Estado” (ibid., 1967, p. 55).

O exercício da liberdade da sala de aula deve ser entendido como a disposição do professor para aceitar, promover e afincar nos alunos que a diferença é por natureza uma riqueza da sociedade humana que as mesmas estão impregnadas como marca de um povo, de uma cultura, de um país, de uma comunidade, de uma família e de uma pessoa de forma singular e única. As diferenças estão impregnadas quer nos aspectos materiais, quer nos imateriais ou simbólicos de um povo, ou de uma pessoa é, no fundo, a matriz genética, somática, psicológica, social, cultural, económica, política e religiosa.

Não respeitar as liberdades individuais no processo de ensino-aprendizagem seria, no fundo, violar a Constituição da República de Angola (ver art.º 22º da CRA) é negar os Princípios Gerais do Sistema de Educação e Ensino, com destaque os art.º 9º e 10º ambos da LBSEE da República de Angola e, conseqüentemente é desrespeitar as directrizes dos tratados e convenções internacionais, ratificados pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) da qual Angola é signatária.

As escolas e os professores precisam estar conscientes das responsabilidades sociais enquanto instituições e agentes de mudanças sociais, nesta conformidade, Libâneo (2006, p. 42) entende que se as mesmas “não conseguirem avaliar com clareza os efeitos da estrutura social sobre o trabalho pedagógico, as escolas e os professores podem tornar-se, mesmo sem o saber, o cúmplice da discriminação e segregação das crianças, jovens e adultos em situação desfavorecidas ou de vulnerabilidade social”. Se assim ocorrer, como se vislumbra ainda em larga escala, nas aldeias, até nos principais centros urbanos de Angola, ao invés da educação ser um factor de promoção da cidadania, estaria a fortalecer as tendências de manter a escola como um mero instrumento de estratificação e de exclusão social.

6. METODOLOGIA

O estudo é de carácter qualitativo-descritivo, uma vez que se procurou descrever os aspectos relacionados com a convivência pedagógica na sala de aulas, pois, Alvarenga (2012, p.51) entende que a pesquisa qualitativa se fundamenta em “descrições detalhadas das manifestações das condutas das pessoas, das interações entre as mesmas, das situações, do ambiente, é dizer, do contexto que rodeia os sujeitos estudados, considerando o padrão cultural”.

Para a concretização da metodologia optada, fez-se a observação de aulas em turmas da 5ª e 6ª classe, tendo como indicadores a relação professor-alunos e alunos entre si, a participação dos alunos na aula e na resolução de conflitos entre os colegas, valores promovidos nas aulas, debate nas aulas e valorização das ideias dos alunos. Foram observadas aulas de Língua Portuguesa, Educação Moral e Cívica, Educação Musical, História e Geografia na 5ª e 6ª classes do Complexo Escolar N.º 1006-Cacolombolo, Município de Golungo Alto, Província do Cuanza Norte, revisão bibliográfica e análise documental.

A revisão bibliográfica permitiu fazer um levantamento, sistematização, análise e síntese dos livros que abordam a questão em estudo. Segundo Gil (2002, p. 45) uma das funções da técnica bibliográfica consiste em “permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenómenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar directamente. Essa vantagem torna-se particularmente importante quando o problema de pesquisa requer analisar dados muito dispersos pelo espaço”.

Para o auxílio da técnica de revisão bibliográfica, fez-se recurso da análise documental que permitiu aos pesquisadores colher informações sobre a democraticidade como princípio norteador do Sistema de Educação e Ensino a temática em estudo na Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino de Angola, sobretudo na máxima do relatório da UNESCO “Reimaginar nossos futuros juntos”. Estes documentos ajudaram a comparar os factos que ocorrem na sala de aulas com o que está escrito nos documentos supracitados.

A técnica de análise documental “busca identificar informações factuais nos documentos a partir de questões ou hipóteses de interesse” (Caulley, 1961 *apud* Ludke e André, 1986, p. 38). Portanto, os resultados tragos nesta pesquisa resultam de uma triangulação de fontes, as constatações empíricas das aulas, tendo como indicadores os

princípios norteadores do Sistema de Educação e Ensino, mormente a *democraticidade*, *universalidade* e a *pluralidade*, plasmados na LBSE da República de Angola, Lei 17/16, de 07 de Outubro, reiterados na Lei 32/20, de 12 de Agosto (Lei de ajustamento).

Esses princípios constantes na LBSEE foram analisados mediante observações empíricas das actividades lectiva e extra-lectivas aos alunos da 5ª e 6ª classes, do Complexo Escolar N.º 1006-Cacolombolo, Município do Golungo Alto, Província do Cuanza Norte, nas disciplinas de Língua Portuguesa, História, Educação Moral e Cívica, Educação Musical e de Geografia, na forma como os professores interagiam com os alunos, procuravam que houvesse feedback ao longo da ministração das aulas, a universalidade e a pluralidade foi analisada, com base no tratamento equitativo no atendimento às particularidades individuais dos alunos e no debate plural, respeitando as opiniões dos alunos nas diferentes abordagens, com destaque nas matérias de História e na conversação didáctica entre professores-alunos e alunos entre si.

7. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A grelha de observação de aulas foi composta pelos seguintes indicadores: a relação professor-alunos e alunos entre si, a participação dos alunos na aula e na resolução de conflitos entre os colegas, valores promovidos nas aulas, debate nas aulas e valorização das ideias dos alunos.

Quanto a relação professor-alunos e alunos entre si, notou-se que a maioria dos professores procuravam ter uma relação que dificulta o aluno sentir-se próximo do professor, muitos alunos sentiam-se intimidados com a presença do professor, já relação entre aluno-aluno, em muitas vezes demonstravam uma relação empática. Relativamente a participação dos alunos nas aulas das aulas observadas foi bom, pois os alunos pediam para os professores explicarem algumas matérias de ensino que não entendiam, os alunos falavam o que aprenderam nas aulas, mas alguns professores davam pouca oportunidade de os alunos participarem, aliás, aulas estiveram muito concentrada nos próprios professores. Quanto a resolução de conflitos entre os colegas, não averiguamos nenhum conflito entre os alunos.

Quanto aos valores promovidos nas aulas, com excepção das aulas na disciplina de Educação Moral e Cívica, notou-se que os professores davam pouca importância nos conteúdos atitudinais. No que diz respeito o debate nas aulas, não se observou debates nas aulas observadas. Quanto a valorização das ideias dos alunos não se notou com

muita frequência, porque as aulas eram, quase todas, aulas expositivas. Os alunos falavam, porque tinham dúvida dum matéria ou então, os professores pediam que os alunos falassem o que aprenderam nas aulas anteriores.

Cuidadosamente Antunes (2013, p. 8) nos faz compreender o verdadeiro papel da escola e dos professores nos dias actuais ao dizer que “que a escola deveria ser o centro da aprendizagem, espaço de conquista e de significações e aula. Todo momento de provocação, instigação, desequilíbrio e, assim, do verdadeiro ensinar”.

Há um grande consenso entre os novos teóricos da educação relativamente ao papel da escola e dos professores. Ao contrário do que se pensava anteriormente de que o fim da educação escolar é transmitir conhecimentos às gerações mais novas através das aulas expositivas, hoje percebe-se que os conhecimentos devem ser construídos e reconstruídos.

A sala de aulas é um espaço muito diferente de um quartel militar, de sala de catequese, de uma capela ou de uma igreja, onde os conhecimentos e ideologias são impostos pelas autoridades militares e religiosas de forma coersiva, ao contrário, a sala de aulas é um espaço de propostas, de questionamentos, provocações e reflexões, com o desiderato de construir um cidadão autónomo e crítico, dito de outra maneira, que conhece os direitos e deveres, que toma as suas decisões e age de forma livre sem prejudicar os que estão ao seu redor, tornando assim verdadeiro protagonista do seu “eu”.

Cazalma (2014), considera que o professor é o condutor de processo de desenvolvimento sustentável. Cumpre ao educador observar a garantia do acesso à educação no caso prático, invocando como um actor preocupado com a justiça social, visando o resgate à plena cidadania. Para autora, a escola “é o local por excelência de capacitação para os futuros cidadãos e para o incremento da cidadania” (ibid., p. 142).

Entendemos nós, para o professor ser protagonista do reconhecimento dos valores universais em Angola, é indispensável que o Ministério da Educação, os gabinetes provinciais da educação, as direcções municipais da educação ofereçam ferramentas aos professores para reconhecerem o valor das teorias da aprendizagem sócio - construtivistas como ponto de partida para formar cidadãos imbuídos de valores universais. De acordo com esta visão pedagógica e mergulhando nas ideias de Freire (1967), Angola precisa urgentemente de uma educação escolar que leve o estudante a

uma nova postura diante dos problemas sociais, económico, culturais e políticos de seu tempo e de seu espaço. Uma educação escolar relacionada com o seu quotidiano. Em vez da memorização dos conteúdos estampados nos fascículos para reproduzirem nos exames e matérias de ensino que não têm nada a ver com as suas vivências, dever-se-ia apostar no ensino de situação-problema e na pesquisa.

Professor Tchipesse descreve as principais responsabilidades do professor na sala de aulas:

O professor deve levar o aluno a comprometer-se com a apropriação de conhecimentos e, com isso, despertar nele a consciência de que aprender é uma acção que não se torna possível apenas pela acção do professor, mas também da sua vontade reflexiva; O professor deve estar consciente que, ao desenvolver seu trabalho, poderá atingir o desenvolvimento intelectual, ético e moral de seus alunos, conseqüentemente e isso permitirá elevar a percepção crítica do aluno sobre a realidade, visto que a relação de ensino-aprendizagem com o educando, deverá favorecer a análise de valores necessários ao convívio social. (Tchipese, 2022, p. 85).

Em nossa forma de compreender, as metodologias activas respeitam o estudante como um ser único e diferente dos demais, que têm suas convicções, atitudes, valores, crenças e ritmo de aprendizagem diferente dos outros. O uso das metodologias activas revela que o professor encara o estudante como pessoa revestida de valores culturais, morais e espirituais e pressupõe que o professor não é ditador, nem autoritário, porquanto, o processo de ensino, avaliação e aprendizagem é personalizado. O professor “não deve ser entendido como um mero instrutor do ensino em sala de aula ou reproduzidor do conteúdo plasmado nos currículos oficiais. Mas, ao contrário, ele precisa de reflectir sobre os princípios políticos e epistemológicos que norteiam a sua prática pedagógica” (Thipesse, 2022, p. 78). Reforçando a ideia de Tchipesse, Freire (1996, p 18) diz que “Se se respeita a natureza do ser humano, o ensino dos conteúdos não pode dar-se alheio à formação moral do educando. Educar é substantivamente formar”.

Para Freire, discussão é um ponto capital para o aprendizado, pois segundo esta técnica a palavra jamais pode ser vista como um “dado” (ou como uma doação do educador ao educando) mas é sempre, e essencialmente, um tema de debate para todos os participantes do círculo de cultura.

uma educação que possibilitasse ao homem a discussão corajosa de sua problemática. De sua inserção nesta problemática. Que o advertisse dos perigos de seu tempo, para que, consciente deles, ganhasse a força e a coragem de lutar, ao invés de ser levado e arrastado à perdição de seu próprio “eu”, submetido às prescrições alheias. Educação que o colocasse em diálogo constante com o outro. Que o predispuesse a constantes revisões. À análise crítica de seus “achados”. A uma certa rebeldia, no sentido mais humano da expressão. Que o identificasse com métodos e processos científicos (Freire, 1967, p. 90).

Em nosso pensar pedagógico, a sala de aula deve ser (deveria ser) um lugar de diálogo permanente, onde todos (professores e estudantes) têm voz e vez. Este clima reflectiria de forma muito significativa fora do espaço da sala de aulas, ou seja, na sociedade em geral, pois, os cidadãos sentir-se-iam muito à vontade de expor as suas ideias, sem receio de que as mesmas serão aceites ou não, nessa visão pedagógica, Libâneo (1984, p. 12), considera que “garantir um clima harmonioso na sala de aula é indispensável para um relacionamento positivo entre professores e alunos, uma forma de instaurar a "vivência democrática" tal qual deve ser na vida em sociedade”.

Segundo Morais (2020) a sala de aula é o lugar-tenente ou abrigo do processo pedagógico, onde é sintetizado os ideais educacionais e os processos pedagógicos. Tornando assim, como espaço privilegiado para a superação dos conflitos sociais.

No nosso entender, a sala de aulas é o meio onde os estudantes e os professores devem expor os problemas sociais vivenciados, e juntos encontram instrumentos assertivos para amenizar os problemas vivenciados na sociedade que os circunda, pois a escola é da sociedade e para sociedade. Certamente, os problemas vivenciais em Angola precisam ser reflectidos e discutidos nas salas de aulas, uma vez que a tarefa da escola nos dias actuais perpassa a transmissão de matérias de ensino. É urgente que os professores em Angola tomem consciência e actuem com perícias pedagógicas para transformarem os vícios que sufocam a sociedade angolana, seja de ordem política, seja de ordem social ou cultural em virtudes.

No olhar pedagógico de Morin (2006) a aprendizagem é cidadã e a sala de aula passa a ser o espaço fundamental para cultivar aos seres humanos uma cidadania activa e uma democracia autêntica.

Em nossa forma de perceber, todo professor no processo de ensino-aprendizagem e nas avaliações deve instruir e educar, seja qual for a disciplina que lecciona, não pode dispensar os valores éticos, morais, cívicos, culturais e políticos. Ademais, há professor que pensa que estes valores devem ser exclusivamente trabalhados nas disciplinas de Educação Moral e Cívica ou em Educação para Cidadania, Filosofia, Direito, Sociologia e outras das Ciências Sociais e Humanas o que não é verdade, porquanto, é de lei que todo professor tenha consciência que uma das suas funções em sala de aula é formar cidadãos imbuídos de espírito democrático, ou seja, formar cidadãos reflexivos, livres, autónomos e responsáveis.

Sem preterir a missão essencial que, cada professor conforme a disciplina que lecciona, deverá transmitir conteúdos conceituais, atitudinais, procedimentais para os alunos adquirirem conhecimentos, habilidades e atitudes, traduzindo-se em verdadeiras competências que conformarão o perfil formativo dos cidadãos angolanos.

Segundo a Lei n.º 17/16 de 7 de Outubro, no seu artigo 4º, nas alíneas a) c), d), e) e f) ao abordar sobre os fins da educação escolar, consagra o seguinte:

- a) desenvolver harmoniosamente as capacidades intelectuais, laborais, cívicas, morais, éticas, estéticas e físicas, bem como, o sentimento patriótico dos cidadãos, especialmente os jovens, de maneira contínua e sistemática e elevar o seu nível científico, técnico e tecnológico, a fim de contribuir para o desenvolvimento sócio-económico do País; c) Formar um indivíduo capaz de compreender os problemas nacionais, regionais, e internacionais de forma crítica, construtiva e inovadora para sua participação activa na sociedade, à luz dos princípios democráticos; d) promover o desenvolvimento da consciência individual, em particular o respeito pelos valores e símbolos nacionais, pela dignidade humana, a tolerância e cultura de paz, a unidade nacional, a preservação do meio ambiente e contínua melhoria da qualidade de vida; e) Fomentar o respeito mútuo e os superiores interesses da nação angolana na promoção do direito e respeito à vida e à dignidade humana, à liberdade e à integridade pessoal e colectiva; f) Desenvolver o espírito de solidariedade entre os povos em atitude de respeito pela diferença, permitindo uma saudável integração regional e internacional.

A partir desta situação é pertinente nos apoiar nas ideias de Morais (2020) quando afirma que a sala de aulas é lugar privilegiado para fazer circular intenções e projectos político-educacionais, os quais são fruto da vontade da classe dominante, urge que a concepção histórica-crítica se debruce sobre o pedagógico para tornar-se também teoria pedagógica, no entanto, a materialização das intenções e projectos político-educacionais dependem fundamentalmente do exercício da docência dos professores na sala de aulas.

Partindo da ideia que é muito consensual entre os teóricos da educação de que o professor é sujeito que materializa as ideologias de um Estado através do processo de ensino, avaliação, aprendizagem, no contexto angolano precisa-se valorizar mais o professor para que os escritos que estão na Constituição da República e na Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino, relativamente aos valores universais tornam-se evidentes, como resultados das boas políticas educativas angolanas, e estando distanciadas de uma política educativa utópica.

A UNESCO (2022) considera que a escola, sobretudo, o professor através das suas aulas democratizadas, deve conceber a sala de aulas como um espaço da promoção da dimensão social da aprendizagem e que também deve implicar e apoiar a educação para a cidadania em um mundo cada vez mais interconectado para permitir que os sujeitos da aprendizagem se preocupem entre si, abracem outras culturas e experiências e se envolvam em práticas responsáveis em relação ao meio-ambiente e nossos recursos naturais compartilhados, aliás, independentemente do género, da orientação sexual, da ideologia política e religiosa, temos culturas que nos unem, porque somos todos animais humanos.

Na nossa visão, é importante salientar que cada criança, jovem ou adulto ao ingressar ao ambiente escolar vem com hábitos e costumes da sua família, do seu bairro, dos seus amigos, de seu ambiente social, diferente um dos outros, cabe à escola num sentido mais amplo e os professores num sentido restrito, criarem mecanismos que assegurem e harmonizem os hábitos e costumes de cada estudante, respeitando assim as preferências e diferenças de cada estudante. Angola é um país que apresenta um mosaico cultural, dito de outro modo, em Angola há uma diversidade cultural, pois, em sala de aulas o professor deve respeitar a língua materna de cada estudante, os seus hábitos alimentares, a forma de organizar o seu cabelo, desde que não seja extravagante, as suas ideologias políticas e crenças religiosas, portanto, o professor precisa cultivar um ambiente plural e tolerante aos hábitos e costumes de outrem, como riqueza cultural.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do estudo realizado se pode concluir que, no contexto angolano, as salas de aulas não têm sido um verdadeiro lugar para o exercício da cidadania e democracia, pois, muitos professores ainda entendem que o seu papel é apenas o de transmitir conteúdos para serem reproduzidos pelos alunos nas provas. Muitos professores acham que os conteúdos sobre cidadania, ética, moral, civismo, democracia e política devem ser trabalhados apenas nas disciplinas de Educação Moral e Cívica, Educação para Cidadania, Sociologia, Direito, Filosofia, entre outras similares, descurando o papel formador e educativo de todas as disciplinas, sendo que actualmente se apela ao ensino transversal dos conteúdos, para a efectivação de aprendizagens significativas.

Em Angola, os professores precisam reconhecer e assumir as suas responsabilidades sociais na formação de cidadãos activos, para que desde a escola percebam o seu papel no desenvolvimento sustentável do País. Para o cumprimento desse desiderato, apela-se aplicar metodologias activas a partir do Ensino Pré-escolar e Primário, pois, a criança desde cedo pode praticar a solidariedade, ser respeitoso e, imbuí-lo desde tenra idade na educação em valores, projectando-os para o exercício de uma cidadania activa e responsável.

Relativamente aos valores universais plasmados na Constituição da República de Angola e na Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino de Angola, precisam sair do papel e serem concretizado por meio das salas de aulas. Para tal, o Estado angolano precisa valorizar mais a Educação Escolar. E, isto começa na escola com a actuação democrática dos professores dentro e fora da sala de aulas.

9.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alvarenga, A. E. M. (2012). *Metodologia da Investigação Quantitativa e Qualitativa*. 2ª edição. Assunção: Paraguai.

Angola. Lei nº 17/ 16 de 7 de Outubro-Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino. Diário da República, I série, nº 170. Luanda, Angola: Imprensa Nacional.

Angola. Lei nº 32/20 de 12 de Agosto-Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino. (Ajustamento) Diário da República, I série, nº 123. Luanda, Angola: Imprensa Nacional.

Antunes. C.(2013). Escola mentirosa: sucesso ou estagnação. Recuperado de <https://www.amazon.com.br>

Cazalma, A. C. D. C. (2014). A educação para cidadania democrática em Angola: O papel da educação para cidadania no bem-estar social e escolar (Tese de Doutoramento) . Universidade de Granada.

Constituição da República de Angola (2010). Luanda: Imprensa Nacional.

Freire, P. (1967).Educação como prática da liberdade. Recuperado de <https://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br>

Freire, P. (1996). Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa. Recuperado de <https://nepegeo.paginas.ufsc.br>

Gil, A.C (2002). Como elaborar projectos de pesquisa. 4ª edição. São Paulo: Editora Atlas.

Libâneo, J. C. (2006). Didáctica. São Paulo: Cortez editora.

Linâneo, J. C. (1984). Democratização da escola pública: a pedagogia crítico social dos conteúdos (pdf). Recuperado de <https://www.academia.edu>

Ludke, M. e André, M. ,E. ,D. ,A. (1986). Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. (pdf). Recuperado de <https://edisciplinas.usp.com.br>

Morais, R,. (2020) Sala de aula: que espaço é esse?(pdf) Recuperado de <https://doceru.com>

Morim, E. (2003). Cabeça bem-feita, pensamento reformado(trad. Eloá Jacobina) 8ª ed. -Rio de Janeiro: Bertrand Brasil .

Tchipesse, F. Moma. (2022). Mudança organizacional na sala de aula-um olhar para múltiplas ergonomias. Luanda: É sobre nós editora.

UNESCO (2022). Reimaginar nossos futuros juntos-um novo contrato social para a educação (pdf). Recuperado em <https://unesdoc.unesco.or>